

Apoio de 1.500 euros às crianças nascidas em 2022 começa hoje

O regulamento do programa “Nascer Mais”, que atribui um apoio de 1.500 euros a crianças nascidas em 2022 residentes em 12 concelhos dos Açores, foi publicado em Jornal Oficial, entrando hoje em vigor.

“O programa visa a atribuição de um apoio financeiro, não reembolsável, para a aquisição de bens considerados indispensáveis à saúde e bem-estar, segurança e desenvolvimento das crianças açorianas”, lê-se no regulamento, publicado ontem.

O “Nascer Mais”, que tinha sido aprovado em Conselho de Governo em 12 de outubro, avança “sob a forma de projeto-piloto, numa primeira fase, em 2022”, sendo aplicado em 12 dos 19 concelhos dos Açores, indica a publicação no Jornal Oficial.

Foram escolhidos “os doze concelhos que apresentam uma quebra populacional acima dos 5% negativos entre 2011 e 2021”: Nordeste, Povoação e Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, Praia da Vitória, na ilha Terceira, Santa Cruz, na ilha Graciosa, Calheta e Velas, na ilha de São Jorge, Lajes e São Roque, na ilha do Pico, Lajes e Santa Cruz, na ilha



das Flores, e Corvo.

“O apoio financeiro não reembolsável, traduz-se na disponibilização do montante de 1.500 euros, a utilizar em qualquer farmácia da Região Autónoma dos Açores”.

O programa destina-se a crianças que tenham nascido ou sido adoptadas entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2022, com registo de naturalidade ou adopção nos Açores

res e residentes num dos concelhos abrangidos.

O apoio pode ser pedido junto dos serviços Instituto da Segurança Social dos Açores, no prazo de três meses a contar da data de nascimento ou adopção.

A excepção vai para os casos que ocorrerem antes da entrada em vigor da portaria que aprova o regulamento do programa, em que os três meses contam a partir dessa data.

O pedido de apoio é feito através do preenchimento de um formulário, disponibilizado hoje em Jornal Oficial, e a atribuição é feita por despacho do Governo Regional e publicada em Jornal Oficial. O montante pode ser utilizado em qualquer farmácia dos Açores “no prazo de um ano a contar da data da notificação da sua atribuição”.

Os “termos da operacionalização da utilização do apoio financeiro” serão divulgados “aquando da celebração de protocolo de cooperação com entidade executante, a definir, e a entidade gestora”.

O Vice-presidente do Governo Regional dos Açores, que tutela a Solidariedade Social, revelou, aquando da apresentação do programa, que o Executivo açoriano tinha destinado uma verba de 1,2 milhões de euros para suportar os encargos associados à sua execução.

A medida corresponde a uma das reivindicações feitas pelo deputado do Chega, José Pacheco, que fez depender o seu voto favorável ao Plano e Orçamento para 2022 da criação de um incentivo à natalidade nos Açores, no valor de 1.500 euros.

Governo dos Açores critica desempenho do Banco de Fomento

O Secretário das Finanças do Governo dos Açores criticou o Banco de Fomento devido à gestão do fundo de capitalização de empresas e garantiu que as metas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) estão a ser cumpridas.

“O Governo da Região não está satisfeito com o desempenho do Banco Português de Fomento, como, aliás, o Governo da República também não está”, afirmou Duarte Freitas, na Comissão de Economia da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada.

O Secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública foi ouvido no Parlamento açoriano a pedido do PS para prestar esclarecimentos devido à “avaliação negativa” do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA) à execução do PRR na Região.

Duarte Freitas lembrou que os 125 milhões destinados à capitalização das empresas açorianas são geridos pelo fundo de capitalização, que é responsabilidade do Banco de Fomento.

“Há muitas queixas em Portugal e nos Açores quanto à gestão do Banco Português de Fomento. O Banco de Fomento não dá resposta. O Banco de Fomento não desenvolve as acções que devia desenvolver”, reforçou.

O governante acusou o banco de

“não responder” às dúvidas dos Açores, reiterando que as empresas açorianas “não podem ficar bloqueadas” devido à actuação daquela instituição.

“Já estive com a senhora Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva. Coloquei as questões. Ela própria também está muito preocupada com esta situação do Banco de Fomento”, afirmou.

Segundo disse, o Governo dos Açores está com “vontade de levar até às últimas consequências” a insatisfação com aquele banco, admitindo ir “até a Bruxelas alterar o conteúdo” do acordo que celebra a governação do PRR.

“Vamos em breve tomar uma decisão definitiva: ou o Banco de Fomento dá resposta aos interesses das empresas de Portugal continental e dos Açores ou teremos de encontrar outra solução”, alertou.

Duarte Freitas admitiu que o processo de execução do PRR é “difícil”, contendo vários “marcos e metas”.

O governante lembrou que o incumprimento das “metas de classe A” implica penalizações.

“Para que fique absolutamente claro: não há uma única meta de classe A que não tenha sido cumprida. Nem há nenhuma meta de classe A em risco de incumprimento. Isto é que de-



cisivo naquilo que é a execução”, declarou. Sobre o valor de 117 milhões destinados às empresas açorianas no âmbito das Agendas Mobilizadoras do PRR, Duarte Freitas reiterou que o tecido empresarial regional não vai perder aquelas verbas, revelando que “cerca de 13 milhões de euros já foram aprovados para as empresas dos Açores”.

O deputado do PS Carlos Silva alertou para os “atrasos significativos” na execução do PRR, questionando o trabalho da Comissão Técnica de Investimento, criado pelo Governo Regional para acompanhar a actividade

do fundo de capitalização.

Paulo Estêvão, do PPM, considerou que “não existem riscos de incumprimento” e que o CESA apenas indicou “zonas de melhoria”, enquanto António Vasco Viveiros, do PSD, sinalizou que este é o “tempo perfeito” para “melhorar o que pode não estar tão bem” na execução.

O deputado do CDS-PP Rui Martins elogiou a criação de uma plataforma na internet que vai agregar a informação relativa aos fundos comunitários nos Açores, anunciada por Duarte Freitas durante a comissão para o “princípio de 2023”.